



## **Câmara Municipal de Agudo Estado do Rio Grande do Sul**

### **CONTRATO Nº 6/2022**

Pelo presente instrumento de Contrato de fornecimento de materiais e serviços, as partes de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO/RS, inscrita no CNPJ sob nº 89.250.658/0001-65, neste ato representada pela Presidente Sra. AURO REINOLDO KIRINUS, doravante simplesmente denominada de CONTRATANTE e de outro lado a Empresa ASM CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 41.876.591/0001-42 estabelecida na Rua Maranhão, nº 419, bairro Universitário, Tel.: ( 51)-996068081, Email: contatoasminstalacoes@gmail.com, Município de Lajeado/RS, representada pelo seu Proprietário Sr. Alan Samoel Maier, CPF nº 953.268.630-49, denominada CONTRATADA tem entre si, certo e ajustado às cláusulas e condições a seguir estipuladas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1 - A contratada, na condição de vencedora da Licitação levada a efeito, na modalidade de Concorrência, Edital n.º 03/2022, compromete-se ao fornecimento de materiais e mão de obra para construção da Etapa 7 do Prédio Sede da Câmara de Vereadores de Agudo/RS, de acordo com o projeto de engenharia, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária.

2 - A obra será realizada com recursos próprios do Legislativo;

3 - A obra deverá ser executada sob o regime de empreitada global (materiais e mão de obra);

4 - A empresa contratada deverá apresentar no início da obra a ART (anotação de responsabilidade técnica) dos executores da obra;

5 - As tarifas de água e energia elétrica atinente à obra correrão por conta da Contratante;

6 - Fica designado o Eng. Civil Carlos Henrique Roggia, CREA/RS 046746, como Responsável Técnico da obra, conforme ART nº 12261192, e o Sr. Wolfgang Amadeus Gehrke, pela fiscalização da mesma;

7 - O Contratado deverá manter preposto, aceito pelo Legislativo, no local da obra, para representá-lo na execução do Contrato;

8 - Fica vedado à Empresa vencedora do presente processo licitatório subcontratar a execução total ou parcial da obra para terceiros, sob pena de rescisão por ato unilateral do Legislativo (Art. 78, VI, LF 8.666/93).

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

A Contratada obriga-se a concluir as etapas do serviço acima referido no prazo de 30 (trinta) dias, proposto no cronograma físico-financeiro, sendo que o seu início se dará a contar do recebimento da ordem de início dos serviços, salvo suspensão pelo Legislativo e/ou prorrogações por casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

1 - A comunicação da ocorrência do caso fortuito ou de força maior, referidos no presente item, deverá ser feita imediatamente, por escrito, pelo CONTRATADO, à fiscalização, acompanhada do respectivo pedido de prorrogação, devidamente justificado. Acolhido o pedido, dará causa à prorrogação do prazo de conclusão;

2 - O prazo para a conclusão dos serviços poderá ser suspenso unilateralmente pelo Legislativo ou prorrogado, neste caso, conforme item 8.1.

3 - O prazo referido nesta cláusula será desdobrado conforme cronograma físico-financeiro da proposta vencedora.

4 - A fiscalização da obra e o seu recebimento, respectivamente, durante e após a conclusão, se dará por meio do servidor que atuou na fiscalização da mesma, com Endosso da Câmara de Vereadores de Agudo/RS, e demais órgãos auxiliares, não sendo lícito à contratada opor-se ao primeiro procedimento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO RECEBIMENTO DA OBRA**

**A obra será recebida da seguinte forma:**

1 – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento técnico e pelo fiscal da obra, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado;

2 – Definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento técnico e pelo fiscal da obra e pel(o)a Presidente da Câmara de Vereadores de Agudo/RS, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69 da Lei federal 8.666/93 e posteriores alterações.

3 – Termo de entrega da Obra, com garantia dos principais componentes da construção, e das instalações, devidamente assinado pela CONTRATADA e visado pela fiscalização da obra, conforme modelo **Anexo VI** do Edital.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Pela execução da obra, receberá a Contratada da Contratante, de forma parcelada, o valor total de R\$ 59.201,51 (cinquenta e nove mil, duzentos e um reais e cinquenta centavos), cujo pagamento, sem qualquer forma de reajuste, será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento da etapa, em conformidade com o cronograma físico-financeiro apresentado pela empresa vencedora, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**1 – 1ª parcela:**

**a** Cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs);

**b** Comprovação da prestação da garantia contratual, numa das formas previstas no art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme item 14.4 do edital;

**c** Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS/GPS);

**d** Guia de Recolhimento do FGTS/GFIP;

**e** **Guia de recolhimento do ISS – (Alíquota de 3% sobre o valor da empreitada global, exceto o previsto no § 3º do art. 37 da Lei Municipal nº 1.533/2003). Conforme entendimento do STF – Supremo Tribunal Federal, STJ – Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a base de cálculo do ISS é tão somente o valor dos serviços.**

**f** Declaração da empresa, de que está com a contabilidade em dia, constando assinatura do contabilista e do administrador da empresa;

**g** Nota Fiscal emitida pela empresa executora, discriminando os serviços executados, o período de execução e o valor da parcela;

**h** Comprovação dos salários pagos a seus empregados;

**i** Laudo de recebimento da etapa;

2 – Recebimento definitivo da obra, mediante o respectivo Termo de Recebimento Definitivo pelo Legislativo e Termo de Entrega e Garantia da Obra, conforme **Anexo VI** do Edital.

3 – Caso ocorra atraso no pagamento por parte da contratante incidirá juro de 1% (hum por cento), a cada trinta dias sobre o valor em atraso.

4. As retenções previdenciárias (INSS) e fiscais (ISSQN e IRRF) serão feitas na forma da Lei, pela Secretaria da Fazenda.

4.1 – Caso a empresa usufrua de algum benefício previsto em Lei, deverá apresentar documentação que comprove o mesmo.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1 – A Contratada responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seleção de pessoal e contratação, bem como anotações de responsabilidade técnica, pela execução das referidas etapas;

2 – Em caso de atraso injustificado na execução, será aplicado pelo Legislativo multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor que a Contratada teria direito a receber na etapa;

3 – O Contratado manterá, durante o período de execução da obra, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação.

4 – A execução da obra deverá se dar com perfeita observância ao projeto e ao memorial descritivo que fazem parte integrante dos autos do procedimento licitatório.

5 – Qualquer dúvida em relação a obra ou ao cumprimento do contrato deverá ser solicitada por escrito para a fiscalização, sendo que qualquer alteração de projeto deverá ser previamente analisada e

autorizada por escrito pelo profissional responsável pelo projeto, ficando a cargo deste a adequação dos quantitativos e orçamento dos novos serviços.

**6** – O responsável pela execução da obra deverá preencher boletins de “**Diário de Obra**” conforme modelo anexo ao edital ou modelo de uso da empresa, os quais deverão estar assinados pelo responsável técnico pela execução da obra. Estes boletins “Diários de Obra” serão entregues semanalmente ao fiscal do contrato, para receber o seu visto, sendo depois protocolados e arquivados na Câmara Municipal de Agudo/RS, conforme **Anexo III**;

**7** – O responsável pela execução da obra deverá preencher também, um Livro de ocorrências diárias da obra e Boletim de desempenho dos materiais, técnicas construtivas e instalações da obra, os quais deverão estar devidamente assinados pelo responsável pela execução da obra e responsável técnico, estes serão entregues semanalmente ao fiscal da obra para receber o visto do mesmo.

**8** – A contratada obrigará-se a manter no local da obra ou na sede da empresa o controle, através de Relatório Ponto, dos funcionários que prestarem serviços à contratante, devendo constar no relatório no mínimo as informações e declaração constantes do Anexo do Edital, conforme **Anexos IV e V**.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES E MULTAS**

**1** – Pelo atraso injustificado na execução dos serviços se sujeita o contratado às penalidades previstas no caput do art. 86 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

**1.1** – Caso ocorra atraso na execução das obras, contrariando o cronograma físico-financeiro, será aplicada à Contratada a multa de 0,2 % (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor a que teria direito de receber pela etapa em atraso até o limite de 05 (cinco) dias úteis.

**1.2** – Atraso superior a 05 (cinco) dias úteis multa de mora de 1% (hum por cento) calculado sobre o valor que teria direito de receber pela etapa em atraso, por dia de atraso até o limite de 10 (dez) dias úteis, após este prazo será considerado rescisão contratual.

**2** – Pela inexecução total ou parcial do contrato o Legislativo poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

**2.1** – Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com o Legislativo pelo prazo de 01 (um ano);

**2.2** – Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Legislativo pelo prazo de 02 (dois) anos;

**2.3** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Legislativo enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o Legislativo pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Observação: As multas a que se refere o item 2, sub itens 2.1 e 2.2 serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.**

**3** – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado;

**4** – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Legislativo ou cobrada judicialmente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA GARANTIA DA OBRA**

O objeto do presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos consoante dispõe o Artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todos os encargos decorrentes disso.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA SEGURANÇA DO TRABALHO**

**1** – Deverá a Contratada atender, no que couber, a todas as normas estabelecidas na Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, incluída alteração posterior;

**2** – A Contratada providenciará que todas as medidas de proteção coletivas necessárias sejam implementadas, bem como, fornecerá e fiscalizará o uso de todos os seus trabalhadores dos equipamentos de proteção individual corretamente indicados para o desenvolvimento de suas tarefas, de acordo com a legislação específica;

**3** – Cabe a contratada acatar as recomendações decorrentes de inspeções de segurança e sanar as irregularidades apontadas, sob pena de adoção de medidas administrativas e disciplinares, inclusive a suspensão de suas atividades.

4 – A contratante poderá, através do seu Departamento de Segurança do Trabalho, suspender qualquer trabalho no qual se evidencie risco iminente que possa ameaçar a segurança de pessoas, equipamentos, máquinas ou produtos ou causar danos ao meio ambiente e, na reincidência, poderá até romper o contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

Os preços do presente Contrato não sofrerão reajustes, conforme parágrafo 1º do artigo 28 da Lei federal nº 9.069, de 29 de junho 1995.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS**

A alteração dos preços para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato será por acordo entre as partes, na forma do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA**

**1 – NO PRAZO DE CINCO DIAS, A CONTAR DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO, A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR GARANTIA, NUMA DAS FORMAS PREVISTAS NO ART. 56, § 1º e § 3º da Lei Federal 8.666/93, CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO.**

2 – Quando o documento apresentado depender de prazo de validade, este prazo deverá coincidir com a entrega definitiva da obra, ficando a Contratada obrigada a substituí-lo ou revalidá-lo, quando for o caso, independentemente de prévia notificação;

3 – A contratada obrigará-se-á também a prorrogar a garantia prestada, em caso de sua validade expirar, em decorrência de termo aditivo de contrato, que aumente o prazo de execução e/ou suplementá-la em caso de aumento de quantitativos no objeto que majorem o valor do contrato.

4 – A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após o cumprimento correto e pleno de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro será atualizada monetariamente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: PJ 1063– Recurso 001.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**A rescisão contratual poderá ser:**

1 – Determinada por ato unilateral e escrito do Legislativo, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações;

2 – Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Legislativo;

3 – Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

3.1 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

3.2 – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1 – As partes contratantes se declaram, ainda, cientes e conformes com todas as disposições e regras atinentes a Contratos contidos na Lei 8.666/93, com suas alterações, bem como com todas as disposições contidas na licitação, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.

2 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em relação ao objeto do presente Edital, na forma prevista no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Agudo, para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem as partes, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma e uma só finalidade, perante duas testemunhas que também assina, tudo após ter sido lido e conferido, estando de acordo com o estipulado.

Agudo, 27 de dezembro de 2022.

AURO REINOLDO KIRINUS  
PRES. CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO/RS  
Contratante

ASM CONSTUTORA LTDA  
ALAN SAMOEL MAIER  
Contratada

WOLFGANG AMADEUS GEHRKE  
CPF: 243.547.240-49  
Testemunha e Fiscal do Contrato

JANAINA HAHN  
CPF: 032.304.680-07  
Testemunha

CARLOS HENRIQUE ROGGIA  
CPF: 286.695.840-34  
Responsável Técnico – CREA/RS 46.746